

“Alfabetização baseada em evidências: da ciência para a sala de aula”: Qual ciência? Qual sala de aula?

“Evidence-based literacy: from science to the classroom”: Which science? Which classroom?

“Alfabetización basada en evidencias: de la ciencia para el aula”: ¿Cuál ciencia? ¿Cuál aula?


Maria Carolina da Silva Caldeira¹

SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências**: da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2022. 272p.

O slogan “educação baseada em evidências” ganhou força nas políticas educacionais brasileiras nos últimos cinco anos. Embora já tenha aparecido em momentos diversos, como no relatório *Alfabetização Infantil: os novos caminhos*, publicado pela primeira vez em 2003, foi na gestão do governo federal entre 2018 e 2022 que esse slogan emergiu de forma mais ostensiva, tendo especial destaque na promulgação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Nessa política, a alfabetização baseada em evidências é apresentada como a forma de “inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas” (Brasil, 2019, p. 7).

Alfabetização baseada em evidência é também o título do livro organizado por Renan Sargiani (2022), não por acaso, presidente científico do Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidência (RENABE 2020) e um dos pesquisadores presentes na I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (2019). Doutor em psicologia escolar e desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo (USP), Sargiani é ainda o autor do primeiro capítulo do livro, que pretende mostrar como a ciência cognitiva da leitura contribui para as práticas e políticas educacionais de alfabetização e literacia. Esse capítulo, que pode ser considerado tanto uma síntese do livro como das políticas instituídas para a alfabetização no país a partir da PNA, inicia-se apontando o fracasso da alfabetização no Brasil e a necessidade de “superar a superficialidade de disputas teóricas e debates ideologizados e priorizar o que afirmam as pesquisas científicas” (Sargiani, 2022, p. 2). Partindo do princípio de que a ciência cognitiva da leitura é a que melhor explica como as pessoas aprendem a ler, o capítulo procura estabelecer recomendações para práticas e políticas de alfabetização.

Essas recomendações podem ser sintetizadas em quatro grandes grupos: 1. o ensino no processo de alfabetização deve ser explícito, já que aprender a ler e a escrever (ao contrário de aprender a falar) não é natural; 2. entre os aspectos a serem ensinados, a relação entre grafemas e fonemas (nomeada de consciência fonêmica) é fundamental; 3. o processo de alfabetização deve

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: mariacarolinasilva@hotmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-0668-1989>

ser iniciado ainda na pré-escola e nas práticas familiares; 4. o processo de alfabetização precisa de constante monitoramento e avaliação.

Esses princípios aparecem de diferentes formas nos 12 capítulos que compõem o livro. O segundo capítulo, por exemplo, procura responder à pergunta: por que as crianças vão à escola e não aprendem a ler e a escrever? A resposta é: “as crianças não aprendem a ler porque não estão sendo ensinadas a contento” (Maluf, 2022, p. 50). Nesse sentido, o fracasso na alfabetização, sobretudo nos países pobres, é explicado pelo fato de que “em muitos países da América Latina as abordagens dominantes ainda favorecem o que é chamado de métodos construtivistas na alfabetização” (Maluf, 2022, p. 56). Segundo a autora, esses métodos não ensinam explicitamente as relações grafofônicas e “valorizam o processo de compreensão em detrimento da valorização da aprendizagem do princípio alfabético” (Maluf, 2022, p. 57). Aqui, a ênfase no ensino explícito é apresentada em contraposição ao construtivismo, particularmente às contribuições de Emilia Ferrero, pesquisadora argentina que revolucionou o campo da alfabetização ao mostrar o modo como as crianças conceitualizam a língua escrita no seu processo de aprender a ler e escrever.

A defesa pelo ensino explícito na alfabetização, especificamente pelo ensino da consciência fonêmica, apresenta-se também nos capítulos 3 (“Ensinar letras e consciência fonêmica como habilidades fundamentais ajuda as crianças de 4 e 5 anos a avançarem na leitura”), 4 (“Linguagem escrita na educação infantil: práticas pedagógicas promotoras da aprendizagem em sala de aula”) e 5 (“A decodificação e a linguagem oral são ambas necessárias para a aprendizagem da leitura”). Neles, além da prescrição de atividades para desenvolver explicitamente a relação grafema-fonema, há a defesa de que a alfabetização deve começar ainda na educação infantil, já que “é essencial que a instrução direta em habilidades fundamentais de alfabetização seja incorporada em programas de pré-escola ou educação infantil para preparar as crianças para a instrução formal da leitura” (Ehri e O’Leary, 2022, p. 74).

O livro apresenta discussões acerca de como escolher manuais de ensino (ou livros didáticos) adequados aos princípios da ciência cognitiva da leitura; análise de erros ortográficos como ferramenta para compreender os modos como aprendizes se apropriam das relações entre fonemas e grafemas; modos de ensino e leitura para crianças com transtorno do neurodesenvolvimento; e a importância da avaliação para o processo de alfabetização. Todos esses princípios se baseiam em evidências de estudos realizados em outros países com base na ciência cognitiva da leitura, apresentada como aquela que traz os únicos conhecimentos válidos e verdadeiros para alfabetizar.

Essa ideia aparece desde a apresentação, escrita por Claudia Costin, professora da Fundação Getúlio Vargas, que afirma que “precisamos abandonar o negacionismo científico em alfabetização e preparar os professores para uma abordagem mais efetiva” (Costin, 2022, sp). Aparentemente, o livro considera que todas as pesquisas desenvolvidas nos últimos anos em perspectivas teóricas diferentes da ciência cognitiva da leitura não são apenas equivocadas, mas são negacionistas do que é a verdade em alfabetização. Considerando-se o sentido que negacionismo assumiu, particularmente no contexto da pandemia em que inúmeras vidas foram perdidas pela descrença em medidas como isolamento social e vacinas, nomear como negacionista toda a produção acadêmica e as práticas desenvolvidas em perspectivas teóricas diferentes da ciência cognitiva da leitura revela um desrespeito com intelectuais e docentes que lutam para garantir a alfabetização, apesar de toda a falta de recursos e investimentos realizados nos últimos anos.

A desconsideração quanto à necessidade de mais investimentos na alfabetização aparece também quando se analisa o caso do município de Sobral/Ceará, tema de dois capítulos do livro. Esse município ficou conhecido nos últimos anos pelos resultados positivos apresentados nas avaliações de alfabetização, em que aparecia como um dos mais bem colocados. Essa boa colocação não é garantida, segundo Becskeházy (2022, p. 244), porque há mais investimentos na educação,

já que no município o “dispêndio *per capita* no ensino fundamental (R\$ 4.853,88) e no infantil (R\$ 2.426,16) corresponde, respectivamente, a 71 e 58% do gasto médio dos demais municípios do Brasil em cada uma das etapas” (Becskeházy, 2022, p. 254). O que explica o sucesso do município é “uma obsessão de alfabetizar cada aluno logo no início da escolarização, seguindo os métodos comprovados em outros contextos e monitorando continuamente os resultados de forma a permitir tempestivas correções de rumo” (Becskeházy, 2022, p. 254). Em síntese, o segredo de Sobral é alfabetizar desde a educação infantil, usando explicitamente métodos que ensinem a consciência fonêmica e avaliando os estudantes continuamente. A replicação dessa experiência pode fazer “a educação brasileira melhorar consideravelmente, em um lapso de tempo não muito longo, sem que tenham de ser tomadas medidas necessariamente radicais ou simplesmente autóctones e sem que o investimento na educação básica deva ser substancialmente majorado” (Becskeházy, 2022, p. 254).

A alfabetização baseada em evidências, tal qual apresentada no livro homônimo, pretende ser uma abordagem neutra e desideologizada da ciência. Segundo a concepção que parece predominar na obra, por meio de certa metodologia,¹ da alfabetização desde a educação infantil e da avaliação constante, é possível garantir uma alfabetização que não passe pela ideologia ou pelo apego à tradição, aspectos constantemente rechaçados pelo livro. Todavia, no campo da educação e da alfabetização, é bastante difícil pensar em uma prática que não esteja diretamente implicada com os sujeitos. Além disso, a ideia da ciência como algo neutro e natural, e não como construção social permeada pelas relações de poder, vem sendo problematizada no campo educacional há vários anos.

Como aponta Moreira Barbosa (2001, p. 114, grifos do autor), “o trabalho do pesquisador necessariamente implica *trabalho científico e compromisso político*”. Nessa direção, não existe a pretensa neutralidade que a ciência cognitiva da leitura pretende estabelecer, como evidenciam os próprios achados do livro e as defesas implícitas feitas ao longo da obra. Não existe uma ciência única e uniforme capaz de garantir a alfabetização para todas as salas de aula sem considerar as características de cada contexto. Não existe uma fórmula — ainda que pretensamente baseada na ciência — capaz de promover o sucesso na alfabetização. Não há um modelo replicável a todos, posto que as especificidades não podem ser ignoradas nas salas de aula e no processo de ensinar e aprender. Não há, portanto, como levar alguns conhecimentos “da ciência para a sala de aula” sem se responsabilizar politicamente pelo que é feito e sem respeitar as práticas e pesquisas desenvolvidas ao longo de anos no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BECSKEHÁZY, Ilona. Por que devemos estudar mais o sucesso escolar dos alunos do município de Sobral. In: SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências: da ciência à sala de aula**. Porto Alegre: Penso, 2022. p. 233-264.

BRASIL. **Caderno da Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC; SEALF, 2019.

COSTIN, Claudia. Apresentação. In: SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências: da ciência à sala de aula**. Porto Alegre: Penso, 2022. sp.

EHRI, Linnea; O’LEARY, Robin. Ensinar letras e consciência fonêmica como habilidades fundamentais ajuda as crianças de 4 e 5 anos a avançarem na leitura. In: SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências: da ciência à sala de aula**. Porto Alegre: Penso, 2022. p. 61-76.

1 A metodologia sugerida no livro prioriza a consciência fonêmica, aproximando-se de métodos fônicos, como os utilizados pela Editora Alfa e Beto, que produz o material didático usado em Sobral.

MALUF, Maria Regina. Ensinar a ler: urgência do mundo atual e de contextos de pobreza. In: SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências**: da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2022. p. 45-60.

MOREIRA BARBOSA, Antonio Flavio. Para quem e como se escreve no campo do currículo: notas para a discussão. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos**: o impasse dos intelectuais. São Paulo: Cortez, 2001. p. 91-119.

SARGIANI, Renan. Alfabetização baseada em evidências: como a ciência cognitiva da leitura contribui para as práticas e políticas educacionais de literacia. In: SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências**: da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2022. p. 1-44.

Como citar este artigo: CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. “Alfabetização baseada em evidências: da ciência para a sala de aula”: Qual ciência? Qual sala de aula? **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, e290121, 2024. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290121>

Conflitos de interesse: A autora declara que não possui nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

SOBRE A AUTORA

MARIA CAROLINA DA SILVA CALDEIRA é doutora em educação pela Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Centro Pedagógico e do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da mesma instituição.

Recebido em 9 de junho de 2023

Revisado em 13 de setembro de 2023

Aprovado em 8 de novembro de 2023

